



Posicionamento da ANDIPE sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia: proposta preliminar em discussão” no CNE (ou quando a Pedagogia é negada à formação de professores)

A Associação Nacional de Didática e Prática de Ensino – ANDIPE apresenta seu posicionamento frente à proposta elaborada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, sob o título “Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia: proposta preliminar em discussão”, divulgada no formato ‘*powerpoint*’, em 10/02/21, pela relatora Maria Helena Guimarães de Castro, conforme Carta divulgada pela diretoria da ANFOPE e do FORUNDIR, entidades convidadas para discutir a referida proposta.

Embora se trate de uma apresentação sintética, carente de fundamentos e contextualizações, alguns aspectos do conteúdo ganham relevância, tais como:

- i)** O descaso governamental com interlocutores dos mais distintos segmentos do campo educacional e da sociedade, ao trazer os indicadores de uma política com forte incidência na formação dos profissionais da educação e repercussões profundas na formação de futuras gerações de crianças e jovens em seus processos de escolarização, sem considerar o conhecimento acumulado na área da educação, da pedagogia e da formação de professores, e outras diretrizes curriculares anteriormente estabelecidas.
- ii)** A vinculação do sistema de formação das professoras e professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental às exigências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº. 2/2019. Essa legislação está baseada na lógica do currículo de resultados e da avaliação em larga escala, já rejeitada pelo campo acadêmico da educação e por muitos educadores, assentada no modelo de competências e habilidades, assim como realça a prática em contraposição à teoria. Desse modo, ela submete os profissionais da educação à condição de reprodutores de um currículo engessado, os mantém reféns de avaliações externas

desvinculadas do contexto escolar e das salas de aula, restringe sua participação nas decisões curriculares em sua escola, retira-lhes a autonomia necessária para acompanhar o desenvolvimento escolar de seus alunos. O desvirtuamento do sentido do currículo e da avaliação em oposição a uma perspectiva de ensino voltada para o desenvolvimento humano desmobiliza futuras pedagogas e pedagogos para o enfrentamento dos desafios, tensões ou conflitos que emergem no cotidiano escolar, especialmente nas salas de aula, e transforma profissionais em formação em coparticipes na execução dos interesses do capitalismo neoliberal ao instrumentalizá-los para que formem futuros trabalhadores adaptáveis e resilientes aos interesses do mercado.

iii) A desconsideração do acúmulo de conhecimento produzido por pesquisas e estudos acerca da formação e atuação docente ao longo das quatro últimas décadas no país, presentemente subordinado às formulações advindas de organismos internacionais que visam o enquadramento das políticas educacionais internas aos parâmetros socioeconômicos neoliberais. Dessa forma, favorece os interesses de grupos privatistas ao criar caminhos normativos propiciadores de uma formação aligeirada, praticista, acrítica, desprovida de fundamentação teórica, a exemplo da resolução da BNCC e as DCN para a formação de professores, e leva à fragilização da formação desses profissionais, tornando-os despreparados para as exigências do exercício profissional e resignados diante da acelerada desvalorização profissional.

As questões destacadas neste Posicionamento da Associação Nacional de Didática e Prática de Ensino – ANDIPE – indicam a discordância com políticas educacionais que subordinam a educação escolar exclusivamente às demandas da economia, reduzindo o processo educativo ao desenvolvimento de capacidades produtivas conforme interesses do mercado. Defendemos uma educação voltada para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas com sentido humanista e emancipatório. Desse modo, recusamos a imposição de diretrizes para a formação de profissionais da educação com base em proposições favorecedoras de interesses privados e alheias às reais necessidades formativas dos professores, em especial as anunciadas diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia.